

Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio?

José Rubens Mascarenhas de Almeida*

Resumo:

Retomamos o debate acerca do declínio – ou não – do império estadunidense, que ocorreu, sobretudo, nos anos 1990, a partir das análises de uma série de autores críticos e pró-estadunidenses, numa conjuntura em que a economia daquele país passava por curtos ciclos de crescimento e crises cada vez mais longas. A crise capitalista atual extrapola seus aspectos financeiros e, na tentativa de superá-la, os gastos são astronômicos e ocorrem em curtíssimos lapsos de tempo. Nesse contexto, a simbiose entre a hegemonia estadunidense/capitalismo transnacionalizado demonstra que a crise de um é inseparável da crise do outro.

Palavras-chave: Hegemonia. Imperialismo. Transnacionalização.

O debate sobre se há ou não um declínio do império estadunidense ainda é uma questão que se repõe de modo bastante candente. Apesar de ter se dado nos anos 1990, quando uma série de autores pró-estadunidenses e críticos renomados o levantaram numa conjuntura em que a economia daquele país vinha de ciclos de crescimento cada vez mais curtos e crises cada vez mais longas¹.

No campo conservador, Brzezinski (1997) pontifica suas teses apontando para a existência da primeira e última potência verdadeiramente global, com o estabelecimento da supremacia dos EUA sobre o planeta em todos os âmbitos: militar, econômico, político, cultural, tecnológico etc. Tanto para Brzezinski quanto para Fukuyama (1992) e Nye (2002), os EUA estariam *fadados*² à hegemonia, participando ativamente do processo de implantação do capitalismo e da democracia burguesa como formas definitivas de organização político-econômica mundial. Um processo tão definitivo quanto irreversível, como o império, de Hardt & Negri (2001), embora, para estes autores, um *império* sem centro. As

* Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; coordenador do Museu Pedagógico/UESB. End. eletrônico: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

¹A este respeito, consultar, dentre outros, Kennedy (1989), Messadié (1989), Wallerstein (2004).

²Em seu livro de 1990, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, Nye previu a ascensão contínua do poder estadunidense, em contraposição ao historiador Kennedy (1989), que vislumbrava a decadência do império em questão.

entrelinhas desses discursos expressam uma forte preocupação com a instabilidade do império estadunidense num processo sobre o qual a perda de controle dos EUA é cada vez maior. Portanto, continua pairando uma questão pertinente a estas pretensas análises: passada mais de uma década, cabe avaliar se os EUA são o primeiro e o último poder efetivamente planetário?

Ao sair dos dois conflitos mundiais, as condições gerais dos EUA acabaram levando-os ao status de potência hegemônica, em substituição à Grã-Bretanha, mas também como o espaço geoeconômico e político para onde afluiria a grande pujança e quantidade de capitais produzida no mundo. Na qualidade de detentores da maior parcela das reservas mundiais de ouro e do prestígio galgado pelo dólar como principal moeda de reserva internacional e unidade padrão de cálculo de valor – fruto da Conferência de Bretton Woods (1944) –, os EUA abandonaram a condição de devedor e consolidaram sua posição de banqueiro mundial. A Conferência estabelecera as novas regras de convivência econômica e se encarregara da parte comercial e financeira do negócio, levando em conta a configuração da nova hegemonia. Para isto, os EUA atuaram intensamente na formatação de um sistema monetário (FMI e Banco Mundial) buscando instaurar uma ordem pautada na concessão de crédito para financiamento da dívida externa, mecanismo pelo qual controlaria, a partir de então, os países produtores de matérias-primas e alimentos.

O país também detinha o mais alto padrão de desenvolvimento tecnológico, fator que o tornava imbatível na concorrência internacional. Sem concorrente à altura no mercado internacional, com o vácuo deixado pela disputa interimperialista, no campo ocidental, tinha a seu favor a estabilidade política. Assim, a constituição de novos aparatos jurídico-institucionais de caráter transnacional foi deliberadamente forjada sob sua liderança, adequando-se as economias nacionais a essa nova configuração. Os limites financeiros das atividades externas estadunidenses já estavam dados.

No entanto, menos de duas décadas depois da II Guerra, Japão e Europa já davam sinais de recuperação econômica. A URSS ainda mantinha suas influências, fundadas mais no campo militar. O poder estadunidense, entretanto, já não era o mesmo, apresentando fissuras que passaram a alimentar conjecturas em torno do *declínio americano* e de possíveis futuras hegemonias. Para alguns autores, desde princípio dos anos 1970, quando se esboçava a crise capitalista que perdura até os dias atuais, o colosso estadunidense já dava sinais de decadência, como haviam sofrido impérios como Roma, Espanha, França e Inglaterra, entre outros.

Lens encontrava-se entre os que assim pensavam. No caso do império estadunidense, explicitava evidências de tal decadência: 1) a desintegração da supremacia econômica mundial da América, bem como da predominância política que a acompanhava; 2) os recuos das políticas de contenção da China e da

ex-URSS; 3) a crise econômica, política e moral dos Estados Unidos (2006:628). Um arsenal de dados estatísticos fundamentava as afirmações de Lens.

Muito tempo se passou desde a análise de Lens³ e, apesar do quadro sombrio que previu, os EUA conseguiram estender seu *hegemon* por mais 40 anos, sempre alternando crises e ajustes. O quadro se agravou desde aquela época, mas outros fatores favoreceram o domínio estadunidense, como a configuração unipolar do cenário mundial. As transformações sofridas pelo capitalismo durante o século XX apontam para uma fórmula em que os ajustes no sistema devem ser vistos como fatores intrínsecos à sua forma de organização, reprodução e resultante concentração de riquezas. Por tratar-se de uma análise que se aproxima da totalidade, entendendo o domínio econômico como uma esfera também política, porque fundada no poder e no domínio, coerente com a lógica marxiana de crise, cumpre ressaltar que o tema não constitui uma tensão qualquer, mas a crise do sistema capitalista; não só da acumulação de capital, mas de crise geral, provocada a partir das contradições sistêmicas (das quais a central se refere à relação capital/trabalho) e de todos os seus consequentes estragos na área social, política e ambiental. Assim concebendo, a crise é estrutural e está estampada na queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, nos parâmetros da acumulação fundada na produção de mercadorias; nas altas e permanentes taxas de desemprego e na conseqüente precarização do trabalho; no aumento da violência urbana, na xenofobia e na violência racial; e nas recessões econômicas, assim como na sintomática desestruturação e substituição do regime de acumulação industrial fordista; na debilitação das formas tradicionais de manifestação política dos instrumentos que legitimavam, no campo institucional, a relação capital/trabalho (sindicatos) e no surgimento de novos movimentos sócio-políticos (EZLN, FSM...); na reestruturação e aumento da importância político-militar do que tratam por terrorismo; por fim, na perda de credibilidade na política institucional e na falta de interesse pela coisa pública. A própria emergência daquilo que se convencionou denominar “*pós-modernidade*” indica, pelo menos, uma crise paradigmática do que foi concebido, até hoje, por “modernidade”, sendo o ambiente no qual se estabeleceram as bases da “*era do capital*” e onde surgiu a então revolucionária burguesia, se expandiram as forças produtivas e se criou um mercado mundial. Nesse burburinho, o que teria feito com que se descolassem gêmeos siameses (modernidade/capitalismo) tão contemporâneos? Seria a crise da modernidade a própria crise do capitalismo?

Para os críticos da “*pós-modernidade*”, o sistema capitalista encontra-se numa profunda crise – alguns arriscam terminal – imprimindo pressões sobre

³A obra citada foi escrita em 1971.

os fundamentos da sociedade em que foi fundado. No entanto, daí até afirmar que a modernidade não mais existe há uma grande distância, marcada pela ausência de uma base real-concreta. Trata-se da mesma lógica aplicada à análise do imperialismo e de seu fim pelo advento da 'globalização'. Por fim, por tudo o que foi dito aqui, negar a existência de uma crise geral do capitalismo parece impensável.

Uma vez que o capitalismo do pós-II Guerra foi reestruturado sob a égide do *American way of life*, a questão acerca do declínio – ou não – da hegemonia estadunidense diz respeito, diretamente, ao capitalismo como um todo e vice-versa. E, se é verdade que o sistema está enfrentando uma crise estrutural desde os anos 1970 – e crê-se que sim – o *hegemon* estadunidense sofre, colateralmente, seus efeitos e pressões. No âmbito das relações internacionais, os riscos a que está sujeito o capitalismo também está a hegemonia estadunidense, pelo alto grau de planetarização atingido pelas relações do sistema: para onde migra seu desenvolvimento, migra também suas contradições e crises.

Um império sem império?

Ao se analisar a crise por que passa o capitalismo como um todo, cuja acumulação se dá em escala planetária, vê-se que, paralelamente, a hegemonia estadunidense também começa a se enfraquecer. É nesse sentido que as maiores críticas à posição de Brzezinski são formuladas, principalmente por uma série de autores estadunidenses, especialmente os que adotam a teoria da economia-mundo. Ao decompor os ciclos sistêmicos de acumulação de longa duração, Arrighi (1996) não considera a fase financeira do capital um estágio especial do capitalismo mundial, mas como um fenômeno recorrente do sistema desde sua gênese. Seu entendimento advém da divisão criteriosa que faz do "longo século XX" em três fases (expansão financeira – do fim do século XIX e início do XX; predomínio estadunidense com expansão mundial do comércio e produção – décadas de 1950-60; e a atual expansão financeira que ele supõe ser o terceiro e último momento de um único processo histórico de ascensão, expansão e crise do regime estadunidense de acumulação capitalista em escala mundial. Para ele, este estágio culminará na fundação de um novo regime de acumulação que substituirá o estadunidense, resultado do esgotamento da reestruturação organizacional deste país, que levará ao corte de custos, inclusive pela substituição de mão de obra proletária por força de trabalho intelectual e científica na produção (automação e tecnologia com base científica). O atual ciclo se caracterizaria pela existência de uma posição central das estratégias e estruturas dos agentes governamentais e empresariais. Ratificando sua tese de que o ciclo estadunidense está num processo de descenso, Arrighi (1996) afirma que toda transição de hegemonia vem antecedida por um processo de crise monetária, permitindo a substituição de

uma fração de classe no poder por outra. Como uma série de ciclos hegemônicos ocidentais teria chegado ao fim (comercial – genovês e holandês – e capitalismo de domínio inglês), o mesmo estaria se dando com o estadunidense. Assim, para os teóricos da economia-mundo, está se ingressando em uma era de caos sistêmico com forte tendência ao deslocamento do pólo hegemônico para a Ásia Oriental (Arrighi & Silver, 2001: 13).

Wallerstein (2004), que talvez seja o mais importante defensor da tese da decadência inelutável dos Estados Unidos, por sua vez observa que a ala mais conservadora e bélica da política estadunidense, que assumiu o comando do país procura, por meio de ofensivas militares atrapalhadas, reverter a situação de perda de hegemonia.

Diversos autores críticos europeus são mais cautelosos em relação às teses sobre o declínio do “*império americano*”⁴. Apesar da forte tendência a trabalhar com analogias entre épocas distintas (o que, no limite, as leva a ignorar as diferentes temporalidades históricas), as análises apresentadas por Wallerstein e Arrighi são fecundas, especialmente quando apontam notáveis descontinuidades. Destaque-se, por exemplo, o declínio econômico dos EUA e sua impressionante superioridade bélica. Atento à questão da hegemonia (ou de sua perda), Wallerstein observa que, no geral, desde a Guerra da Coreia, as intervenções militares dos EUA acabaram sofrendo rotundos fracassos (2002: 14).

Partindo do princípio de que os EUA estejam perdendo hegemonia, embora mantenham a superioridade militar (como observam Arrighi e Wallerstein) e não aceitarão pacificamente esta mudança de posição no cenário internacional, uma análise mais detida leva a julgar tal possibilidade como provável, pelo conjunto de elementos esboçados na atual conjuntura internacional. Neste âmbito, percebe-se a presença de ocorrências contra-imperialistas identificadas com as ações estadunidenses, como a resistência às guerras contra o Afeganistão e contra o Iraque, caracterizadas por imensas perdas humanas, materiais e financeiras, que têm acarretado aos imperialistas enorme desgaste. Além disso, os governos títeres que os EUA têm imposto a essas nações são envolvidos com narcotráfico e corrupção, o que tem gerado também uma forte desconfiança e prolongado a guerra civil que a ocupação trouxe consigo; no Oriente Médio, o militarismo do governo sionista confunde-se com o imperialismo estadunidense – seu protetor – e acabou sendo derrotado em sua última tentativa de exterminar o Hizbollah, no Líbano; no continente europeu, a relação EUA/Rússia encontra-se marcada pelo conflito causado pela penetração do primeiro nas regiões petrolíferas

⁴O número 27 (1º semestre de 2000) da revista *Actual Marx* tem como dossiê L'hégémonie américaine, em que importantes autores abordam o tema.

estratégicas e na corrida armamentista durante o governo de George W. Bush; e, na América Latina, uma série de governos vinculados aos meios populares (Equador, Bolívia, Venezuela) tem ressurgido, impondo pequenos retrocessos nas ações imperialistas do grande capital. No âmbito doméstico, o crescimento da insatisfação popular quanto à guerra contra o Iraque e a eleição de Barack Obama anteciparam o fim da “era Bush” (Almeida & Almeida, 2006).

Longe, portanto, da visão de uma nova ordem mundial pacífica e próspera para o conjunto da humanidade, o que Wallerstein e seus discípulos antevêm é uma circunstância caótica cujo desfecho passa pelo fim do capitalismo, mas não necessariamente pela construção de um mundo melhor, o que implica outra questão correlata: a da relação entre imperialismo e guerra. A este respeito, são categóricas e têm se mostrado coerentes as teses clássicas sobre o imperialismo, a começar pelas de Hobson (1981), Lênin (1986) e Rosa de Luxemburg (1984), que chegaram, por diferentes percursos teóricos, à mesma conclusão taxativa: o imperialismo leva à guerra.

Resumidamente, o quadro que se apresenta no debate acerca do fim da hegemonia estadunidense pauta-se, de um lado, pela tendência de enfraquecimento dessa hegemonia no atual cenário internacional, marcado por um baixo crescimento econômico; uma balança comercial cronicamente desfavorável; um endividamento em larga escala, associado a uma clara tendência à desvalorização de títulos do seu tesouro; um déficit orçamentário crônico, que já se mostra estrutural, inclusive aprofundado pelos cortes de imposto sobre a grande renda (Krugman, 2006). Por outro lado, conjetura-se uma tendência de crescimento de seus futuros potenciais adversários dos mercados asiático e europeu, com destaque para a Rússia, a China e a Europa. Nye (2002: 17), fazendo prolixa análise dos possíveis desafiantes dos Estados Unidos neste novo século, aponta para duas direções: Europa e China. A primeira, apesar das altas taxas de desemprego, do alto custo da força de trabalho e de produção, da baixa competitividade pela valorização do eurodólar; a segunda, por suas grandes reservas, um câmbio fixo, competitividade em força de trabalho, balança comercial favorável e um contingente populacional bastante representativo, além da posse de armas nucleares.

EUA: da hegemonia à supremacia

Para além do domínio de mercado, ao se analisar a incontrolável capacidade de interferência do governo dos EUA em assuntos de ordem econômica e política em escala mundial, inclusive à revelia dos organismos multilaterais internacionais que lhe serviram historicamente, como a ONU, uma disjuntiva se impõe: 1) ou as relações internacionais reproduzidas no pós-II Guerra coroaram de êxito este país em sua trajetória imperialista rumo à supremacia planetária; 2) ou a violência marcial que utiliza nas relações internacionais denuncia que sua hegemonia está

perdendo força e os demais mecanismos de dominação (ideologia, diplomacia, dólar, etc.) são hoje insuficientes para mantê-la por outros meios. Esta disjuntiva remete a distintos cenários que, por sua vez, levam à reapresentação de velhas questões, por exemplo, a relativa à hegemonia do complexo industrial-militar no jogo de interesses presente no seu aparato estatal dos EUA. Contrariamente ao que induz Nye (2002), quando afirma que os EUA têm opção quanto aos instrumentos de preponderância na política externa, a aplicação da força como dominação não se dá por mero equívoco da política republicana, mas por uma necessidade premente de manutenção de uma já difícil hegemonia.

Nesse sentido, algumas questões incômodas exigem, no mínimo, reflexão. A primeira delas diz respeito à fragilidade da economia estadunidense no que se refere às leis gerais da macroeconomia. Segundo a maioria das análises, esta economia só se sustenta dentro dos interesses da transnacionalização capitalista, fundada a partir dos organismos multilaterais representados pelo BM, pela OMC e pelo FMI, cuja atuação conjunta criou uma ordem internacional integrada capaz de deslocar o excedente de capital de um pólo a outro do sistema (Pires, 2006: 22). Outra questão diz respeito à eficiência do sistema produtivo estadunidense, cuja debilidade exige esforços extra-econômicos por parte de seu aparelho de Estado que intervém contínua, direta e incisivamente na economia, sem a presença e atuação do qual, segmentos inteiros de sua indústria não venceriam a concorrência aberta no mercado internacional, contrariando princípios sagrados do discurso liberal (Brenner, 2003).

Fator importante nesse processo tem sido seu déficit orçamentário, que tem absorvido grande parte de sua poupança. Tal *déficit* só é sustentado pelo papel desempenhado pelos EUA como organizadores e líderes do imperialismo. Trata-se de uma relação complicada, mas lógica. E lógica porque, tecnicamente, um *superávit* na balança comercial de uma economia só é possível com o *déficit* de outra, o que revela mais uma incongruência do pensamento liberal que preconiza, como de boa saúde econômica, a produção de *superávits*. Por esta condição, tais *déficit e superávit* acabam por não provocar as mesmas consequências que teriam nos demais países, mas afetam todos os segmentos do seu setor produtivo. Assim, o crescimento econômico que se estabelece em uma economia da tríade está umbilicalmente relacionado com o da outra. Deste modo, especial cuidado deve-se ter para não confundir as crises e tensões sofridas pelo capitalismo com as crises e tensões sofridas pelo imperialismo estadunidense, apesar da simbiose entre ambos. Ao se avaliar o montante de valores fictícios esteado pelas bolhas da especulação financeira, desligado da base produtiva que lhe dá sustentação, vê-se que as perspectivas de duradoura permanência do sistema capitalista é uma posição no mínimo complexa.

Nesse amontoado de questões que se sobrepõem, para além das concepções “pós-modernas”, duas são especialmente incômodas. A primeira é se vivemos numa era marcada pela presença do superimperialismo, tal como concebera Kautsky; a outra diz respeito a quanto tempo ainda durará a atual configuração internacional. Ao atentar-se para a concepção dos teóricos da economia-mundo, faculta-se conceber que se está vivendo, realmente, uma etapa final do capitalismo? Ou seria apenas da débâcle do imperialismo estadunidense?

Bibliografia

- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de e ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de (2006). Império/imperialismo & América Latina. In: MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; ALVES, Ana Elizabeth Santos e CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Lugares e sujeitos da pesquisa em história, educação e cultura*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. & SILVER, Beverly J. (2001). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BRENNER, Robert (2003). *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1997). *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic*. New York: Basic Books.
- FUKUYAMA, Francis (1992). *El fin de la historia y el último hombre*. Barcelona: Planeta.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HOBSON, John A. (1981). *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- KENNEDY, Paul (1998). *Ascensão e queda das grandes nações: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.
- KRUGMAN, Paul (2006). *A desintegração americana: EUA perdem o rumo no século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- LÊNIN, Vladimir Illich (1986). O Imperialismo: fase superior do capitalismo. In: *Obras Escolhidas*, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega.
- LENS, Sidney (2006). *A fabricação do império americano – da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- LUXEMBURG, Rosa (1984). *A acumulação do capital*: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica. Vol. I São Paulo: Abril Cultural.
- MAGDOFF, Harry (1978). *A era do imperialismo*: a economia da política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec.
- MESSADIÉ, Gerald (1989). *A crise do mito americano*: réquiem para o super-homem. São Paulo: Ática.
- NYE, Joseph S. (2002). *O paradoxo do poder americano*: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp.
- PIRES, Marcos Cordeiro (2006). A “nova ordem mundial” e o Consenso de Washington. *Novos Rumos*, n. 45, São Paulo.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002). *O fim do mundo como o concebemos*: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan.
- _____ (2004). *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto.